

## Comissão especial vai elaborar proposta de reforma política

Wladimir Borretto/Senado Federal



José Sarney anunciou a instalação, já na próxima semana, de comissão exclusiva para sugerir, até o final do semestre, mudanças na legislação político-partidária

O Senado deve instalar na semana que vem uma comissão especial destinada a estudar o tema e apresentar, ao final do primeiro semestre, uma proposta de reforma política. A informação

foi dada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. A ideia é aprovar as modificações ainda este ano, a tempo de vigorar para o pleito de 2012. Em Plenário, o tema voltou a mobilizar os senadores. **3**

Senadores Mozarildo Cavalcanti (E) e Gilvam Borges (C), além de Eunício Oliveira, discursaram ontem sobre a reforma política, cuja urgência foi defendida por José Sarney (D) na abertura dos trabalhos legislativos

especial  
**Cidadania**

### Acompanhe a aplicação das verbas para o Rio



Wladimir Borretto/ABR

Os senadores fluminenses decidiram atuar de forma coordenada para agilizar a liberação de recursos federais destinados a ajudar vítimas das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro. Já o Senado está oferecendo, pelo Siga Brasil, acesso para o cidadão monitorar os recursos liberados para essas áreas. **4**

Indicação de Fux ao STF depende de escolha para CCJ **2**

Wellington: rede de apoio a dependentes químicos **6**

Para Aloysio Nunes, apagões se tornam rotina no país **8**

Lei de Execução Penal vai passar por modernização **7**

Ministro do STJ é indicado pela presidente Dilma Rousseff para preencher a vaga de Eros Grau no Supremo Tribunal Federal, aberta desde agosto passado

## Indicação de Fux depende de escolha dos membros da CCJ

O PREENCHIMENTO DA 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF) – vaga desde a aposentadoria de Eros Grau, em agosto do ano passado – depende da escolha dos 23 membros titulares e 23 suplentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Só depois, a mensagem da Presidência indicando o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux para ocupar o cargo receberá um relator.

Nesta semana, as lideranças devem decidir os nomes dos novos membros das comissões. Embora ainda não esteja definido, o PMDB, que deve presidir a CCJ, está indicando o senador recém-empossado Eunício Oliveira (CE) para a presidência do colegiado no biênio 2011/2013, em substituição a Demóstenes Torres (DEM-GO).

### Sabatina

A mensagem (MSF 36/11), publicada no *Diário Oficial da União* de 2 de fevereiro, foi lida em Plenário e enviada à CCJ no dia seguinte. No entanto, falta ainda a designação dos novos 23 membros e igual número de suplentes para a comissão que, na primeira reunião, elege o seu presidente e o vice.

A CCJ é a comissão responsável pela sabatina e votação, em reunião secreta, da indicação presidencial para ministros de tribunais superiores, mensagens que em seguida necessitam de aprovação, por maioria absoluta, em Plenário.

As reuniões da CCJ ocorrem ordinariamente às quartas-feiras, a partir das 10h, mas, a critério do presidente, podem ser realizadas em outros dias.



Senador Itamar Franco (D) cumprimenta o ministro Luiz Fux, indicado ao STF

O ministro Luiz Fux nasceu no dia 26 de abril de 1953, no Rio de Janeiro. É doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mesma instituição em que se graduou e atua como docente.

Tem 21 livros publicados e, em

2010, destacou-se ao presidir a comissão de juristas instituída por José Sarney para analisar a reforma do Código de Processo Civil (CPC). O projeto do novo CPC (PLS 166/10) foi votado em Plenário em 15 de dezembro e encaminhado para análise da Câmara dos Deputados.

## Congresso homenageia Eliseu Resende

O Congresso Nacional realiza amanhã, às 10h, no Plenário do Senado, sessão conjunta solene para reverenciar a memória do senador Eliseu Resende, falecido no dia 2 de janeiro.

Nascido em Oliveira (MG), Eliseu Resende era senador pelo DEM de Minas Gerais e morreu aos 81 anos. Seu mandato iria até 31 de janeiro de 2015. Com sua morte, Clésio Andrade (PR-MG) assumiu a vaga.

Graduado em Engenharia Civil, Eliseu Resende dirigiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e assumiu, posteriormente, o cargo de ministro dos Transportes (1979-1982), durante o governo João Figueiredo.

Candidatou-se, pelo então PDS, ao governo de seu estado, em 1982, sendo derrotado por Tancredo Neves. Em 1993, ocupou por pouco mais de dois meses o cargo de ministro da Fazenda, durante o governo de Itamar Franco. No ano seguinte, foi eleito deputado federal e reelegeu-se por duas vezes



Senador faleceu em 2 de janeiro. Clésio Andrade assumiu mandato

seguidas. Em 2006, foi eleito senador por Minas.

Eliseu Resende também dirigiu o Departamento de Engenharia do Banco de Crédito Real e, depois, foi professor do curso de Engenharia Nuclear do Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi ainda

fundador e professor do Instituto Politécnico da Universidade Católica de Minas Gerais.

Eliseu estava internado desde o dia 28 de novembro em um hospital de São Paulo e teve complicações após cirurgia para retirar um tumor maligno do intestino. Sofria também de insuficiência cardíaca e renal.

### Eclusas

Como senador, apresentou projeto de lei (PLS 209/07) que determina a implantação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em abril de 2009, o projeto tramita agora na Câmara. O texto final aprovado é do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Uma eclusa ou comporta é uma obra de engenharia hidráulica para permitir que barcos subam ou desçam rios ou mares em locais onde há desnível (barragem, quedas de água ou corredeiras).

## Ministro pode ser convidado a explicar nova agência ao Senado

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, deverá ser convidado a discutir na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado a possível criação de uma agência reguladora para tratar de concessões de emissoras de rádio e televisão. O convite ao ministro foi defendido pelos senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que deverão integrar o colegiado.

A recomendação para a criação da nova agência constaria de parecer do ministério, conforme matéria divulgada no último sábado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Walter Pinheiro vê como positiva a disposição do ministro de “colocar o dedo na ferida”, referindo-se à polêmica em torno da separação da gestão dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão. Atualmente, o Ministério das Comunicações cuida das emissoras de rádio e TV e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), das empresas desse segmento.

– Sou a favor de uma nova agência, mas que substitua a Anatel e acabe com a separação entre radiodifusão e telecomunicações – disse o senador pela Bahia.

Walter Pinheiro defende



Flexa Ribeiro teme a “criação de mais empregos para aloprados”



Pinheiro quer fim da separação entre radiodifusão e telecomunicações

“uma agência nacional de comunicação”, com papéis e funções claramente definidos, tratando do setor como um todo. Para ele, avanços nos sistemas digitais, no compartilhamento de infraestruturas e na convergência de mídias demonstram a impossibilidade de separação entre telecomunicações e radiodifusão.

Já Flexa Ribeiro põe em dúvida as vantagens da criação de uma nova agência. A seu ver, uma nova estrutura resultará “na criação de mais empregos para os aloprados”. O parlamentar tucano espera que o ministro apresente seu plano de trabalho aos senadores da comissão.

Flexa Ribeiro também quer discutir o novo marco regulatório das comunicações e defende que a construção desse novo ordenamento legal seja comandada pelo Ministério das Comunicações, e não pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência, como ocorria no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No debate, Paulo Bernardo também deverá ser questionado sobre sua posição contrária à concessão de emissoras de rádio e TV para políticos, manifestada pelo ministro em entrevistas à imprensa.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Pauta trancada por uma MP

14h A pauta está trancada pela Medida Provisória 501/10, transformada no PLV 15/10, que libera créditos para o setor elétrico e para estudantes do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

### Presidência Encontro com o presidente do STF

11h Senador José Sarney encontra-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, no STF; e, às 15h, com a presidente Dilma Rousseff, no Planalto. Às 16h, dirige as deliberações da pauta do Plenário.

**SESSÃO ON-LINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

## Mozarildo sugere votação ponto a ponto para facilitar aprovação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu ontem que a reforma política – defendida pelo presidente do Senado, José Sarney, e pela presidente Dilma Rousseff, no início das atividades legislativas – seja realizada de forma fatiada, de acordo com o grau de urgência das medidas.

Para ele, discussões complexas como o estabelecimento do voto proporcional, voto distrital puro, voto distrital misto ou voto em lista fechada não deveriam ser o foco imediato da discussão, mas sim outros temas urgentes.

Na opinião de Mozarildo, é imperioso, por exemplo, encontrar formas mais efetivas de coibir o abuso do poder político e econômico, lembrando que candidatos à reeleição usam a máquina administrativa e os recursos do estado ou município que administram em prol de suas candidaturas.

Por isso, afirmou Mozarildo, é essencial que sejam definidas regras mais rígidas para a reeleição, com a desincompatibilização do candidato durante o processo eleitoral. Entretanto, mudanças mais profundas e complicadas, em sua opinião, deveriam valer somente para depois de 2014, “porque aí você não mexe com muitos interesses”.

– Sei que isso é muito, mas, se não aprovarmos alguma reforma política neste ano de 2011, dificilmente aprovaremos no ano que vem, que é um ano eleitoral – teremos eleições mu-



Mozarildo pede normas mais eficazes de combate ao abuso econômico

nicipais, para eleger vereadores e prefeitos. Mais difícil será em 2013, véspera das eleições gerais no Brasil.

Para ele, além dos pontos já mencionados, a reforma política deve englobar a questão do financiamento público de campanha e, principalmente, o aumento dos mecanismos para fiscalizar e coibir os atos ilícitos, ainda que isso implique em aumento de efetivo da Polícia Federal em todas as unidades da Federação.

O parlamentar também frisou que, tão importante quanto realizar a reforma política é a aprovação da reforma tributária, para que sejam diminuídos e até mesmo eliminados alguns impostos no país.

– A carga de impostos no Brasil é muito alta, uma das maiores do mundo, e isso impede não só o desenvolvimento do país, como também inibe a maior geração de empregos – avaliou.

O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, José Sarney, segundo o qual o órgão deverá reunir projetos em tramitação e elaborar uma proposta até o final do semestre

## Senado vai criar comissão para reforma política

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou que vai instalar, na próxima semana, uma comissão especial para apresentar, até o fim do semestre, uma proposta de reforma política. A informação foi reiterada ontem, de acordo com entrevista ao jornal *Valor Econômico*. O parlamentar também reafirmou a necessidade de que as mudanças no sistema político sejam aprovadas ainda em 2011 para evitar a ação de “grupos corporativistas”.

“Vou montar uma comissão aqui no Senado para que consolide os projetos em tramitação. Vamos ver os projetos que dependem de lei e os que dependem de reforma constitucional. Enfim, vamos fazer um trabalho de profundidade”, declarou.

O senador defende o fim do voto proporcional e a adoção do chamado “distritão”, pelo qual seriam eleitos os deputados mais votados em cada estado.

Na opinião do presidente do Senado, o atual sistema eleitoral valoriza o voto no indivíduo,

prejudicando os partidos políticos e o debate de ideias.

“No atual sistema, a fragilidade dos partidos é total, os candidatos concorrem nas eleições uns contra os outros dentro do próprio partido e não contra os outros partidos. Não há discussão de programas, de ideias, e isso faz com que se torne uma luta pessoal e não programática”, argumentou.

De acordo com Sarney, apesar de o país ter avançado nos setores social e econômico, regrediu no setor político.

“No dia em que nós acabarmos com o voto uninominal, proporcional, que só existe no Brasil, nós vamos abrir a grande porta para que se possa fazer uma reforma política moderna, atualizada”, assinalou.

Devido à importância do assunto, o senador afirmou que acompanhará diariamente os trabalhos.

– Em geral, quando se fala em reforma política, discute-se, apresenta-se e não se acompa-

nha. Quero acompanhar diariamente esse assunto porque eu acho que é o mais necessário que nós temos para melhorar a participação política no processo nacional – afirmou.

### Comissões

Questionado a respeito do imbróglio que envolve a definição das presidências das comissões permanentes, Sarney disse que o processo está dentro da normalidade.

– Estamos distribuindo aos líderes o número da proporcionalidade, feita pela Mesa, que cabe a cada partido, para que eles indiquem imediatamente e para que, na próxima semana, estejam todas instaladas – informou.

### Luiz Fux

Sarney recebeu ontem o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luiz Fux, indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga do ex-ministro Eros Grau no Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina de Fux pode ocorrer amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), declarou o presidente do Senado.

“A fragilidade dos partidos é total, os candidatos concorrem nas eleições uns contra os outros”

## Gilvam prega mudanças para combater descrença do povo

“A fragilidade dos partidos políticos já foi diagnosticada como o principal problema da vida política nacional”, declarou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ao defender urgência na aprovação da reforma política. Ele comentou que essa é uma boa oportunidade para deliberar sobre a matéria, já que o presidente José Sarney anunciou que instalará uma comissão para elaborar um projeto sobre a reforma.

– Há mais de cinco legislaturas se discute o assunto. E não se avançou muito. Ora, a reforma política é, ao fim e

ao cabo, o instrumento para combater a descrença da população nas instituições representativas da democracia. Nossa legislação tem conduzido as ações políticas ao enfraquecimento dos partidos e ao reforço da atuação individual – afirmou Gilvam.

Para o senador, ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por esse motivo, acrescentou Gilvam Borges, o eleitor fica sem condições de cobrar do seu representante, no futuro.

Ele observou que uma reforma política deve atacar problemas como a influência do poder econômico nas eleições e o abuso de poder por parte de políticos que prometem uma coisa e fazem outra.

Gilvam Borges defendeu ainda a necessidade de a política brasileira passar a ser menos personalista. Nesse sentido, ele sugeriu a adoção do instituto da fidelidade partidária e uma decisão sobre o sistema de listas. O senador disse acreditar que o fortalecimento dos partidos tornarão as agremiações mais ideológicas e comprometidas com seus programas e seu eleitorado.



Gilvam é a favor da fidelidade partidária e do sistema de listas



José Sarney informa que comissão também deverá indicar que propostas dependem de lei ou mudança constitucional

## Cotado para a CCJ, Eunício quer grupo sistematizando propostas

Indicado pelo PMDB, maior bancada do Senado, para assumir a presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) propôs ontem, em discurso, a criação de uma comissão mista para sistematizar as propostas de reforma política no Congresso, como forma de “queimar etapas”.

– Não é mais concebível que a vontade do eleitor não seja respeitada, com regras anacrônicas que mergulham a classe política num mar de descrédito – disse.

Eunício Oliveira criticou o voto proporcional, que, a seu ver, distorce o sistema eleitoral ao não respeitar a prevalência da maioria.

– Por essa razão, defendo o chamado voto majoritário para

deputados federais e estaduais: ou seja, a eleição para estes cargos funcionaria como o sistema utilizado para o Senado ou os governos federal, estadual e municipal, nos quais quem tem mais votos absolutos vence a eleição – afirmou.

Eunício também sugeriu o enfrentamento de questões como a fidelidade partidária, a suplência de senadores e o financiamento das campanhas.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) propôs uma espécie de teto para doações a candidatos por parte das empresas, em contraposição ao financiamento público.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), por sua vez, disse acreditar que o voto majoritário enfraquece os partidos políticos



Para Eunício, “regras anacrônicas” mergulham a política no descrédito

e defendeu o voto em lista. Os senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentaram Eunício Oliveira por sua estreia na tribuna.

**Opinião pública**

Pesquisa realizada entre 16/1 e 31/1/2011 (PLS 4/10)



**96% aprovam demolições em áreas de risco**

Logo após a tragédia do Rio, o DataSenado lançou um projeto para avaliar a tendência da opinião pública sobre a ocupação desordenada em áreas de risco. Formulou uma pergunta em cima de um dos dispositivos de projeto de lei (PLS 4/10) apresentado pelo então senador Romeu Tuma, falecido em outubro do ano passado. Após 15 dias de pesquisa, foi revelado que 96% dos 11.197 votantes são a favor da demolição de casas e outras edificações construídas em áreas de risco.

O projeto, que está na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aguardando relator, obriga a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos para a construção de qualquer edificação em morros, montanhas, terrenos alagadiços e outras áreas de risco, antes que o plano diretor do município possa determinar o parcelamento ou qualquer utilização do solo urbano. No caso das áreas de risco já ocupadas, é estabelecido prazo de um ano, a partir da lei, para que esses levantamentos sejam elaborados.

Mais amplo, outro projeto (PLS 65/10), apresentado pelo ex-senador Renato Casagrande, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Segundo o consultor de desenvolvimento urbano do Senado Victor Carvalho Pinto, o projeto veda a ocupação e o adensamento em áreas de risco, proíbe a regularização fundiária dessas áreas bem como a implantação de rede de energia elétrica, além de obrigar o município a ter plano de drenagem e manejo das águas das chuvas.

# Dinheiro enviado para ajudar o Rio pode ser monitorado

Ação do Senado após tragédia inclui, além da mobilização da bancada fluminense por mais recursos e melhor atendimento, acesso simplificado ao Siga Brasil para cidadão saber como e onde as verbas estão sendo aplicadas

A BUSCA DE meios para ajudar as vítimas das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro, consideradas o maior desastre climático da história do país – com 883 mortes registradas até agora, conforme a Defesa Civil –, já mobilizou o Senado nesse início de legislatura. A bancada fluminense resolveu atuar de forma coordenada para agilizar a liberação de recursos federais para as áreas atingidas. E a instituição, de outro lado, passou a oferecer, por meio do Siga Brasil, acesso simplificado para que o cidadão possa monitorá-los (veja quadro à direita).

Esse sistema desenvolvido pelo Senado, que viabiliza o controle social dos gastos públicos, pode ajudar o próprio governo. A equipe técnica da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Rio, encarregada de fiscalizar no local a aplicação dos recursos federais repassados às prefeituras, ainda não chegou nos municípios atingidos, segundo a assessoria de imprensa do TCU. Isso deve dificultar, na avaliação de consultores do Senado, a fiscalização de obras emergenciais, que requerem acompanhamento no local, à medida que são realizadas.

A equipe do TCU começou o seu trabalho de fiscalização pela Secretaria de Obras do estado, que já recebeu R\$ 70 milhões do crédito extraordinário de R\$ 780 milhões aberto pela MP 522/11. Esse tipo de acompanhamento foi solicitado ao TCU pelo Ministério da Integração Nacional, incumbido pela Lei 12.340/10, que reformulou o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), de acompanhar e fiscalizar a aplicação desses recursos.

O tribunal já atuou de modo semelhante no ano passado, quando o governo federal ajudou a socorrer as vítimas e reconstruir os municípios de Alagoas e de Pernambuco devastados em junho pelas enchentes (veja a seção Saiba Mais).

Para o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), os repasses para

as prefeituras estão fluindo sem entraves. O problema, segundo ele, está nos R\$ 400 milhões em empréstimos do BNDES, para capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores da Região Serrana do Rio. Esses financiamentos serão subvencionados pela União, conforme autorização da MP 523/11.

– A burocracia é tão grande, com a exigência de 13 certidões com prazos diferentes, que está atrapalhando a liberação dos recursos – critica o senador, que está fazendo gestões junto ao governo para simplificar as normas.

O líder do PP acha que não é hora de discutir projetos, mas buscar ações efetivas e rápidas para ajudar as vítimas do Rio, em um dos dez piores deslizamentos de terra no planeta nos últimos dez anos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Lindbergh Farias (PT-RJ) prefere não só atuar nas ações imediatas, mas também propor projetos que melhorem a defesa civil. Ele já anunciou que deve apresentar seis projetos de lei, que devem tratar da implantação de um sistema nacional de prevenção de catástrofes; de um cadastro das áreas de risco; da criação de uma força nacional de defesa civil nos moldes da Força Nacional da área de segurança pública; e de isenção tributária e juros “reduzidíssimos” em empréstimos de bancos oficiais para socorrer empresas afetadas pelas enchentes.

Nessa mesma direção, há a recomendação da Comissão Representativa que atuou no recesso parlamentar de criar uma comissão mista, com senadores e deputados, para avaliar os 48 projetos no Senado e outros 68 na Câmara que pretendem prevenir catástrofes.



Em Nova Friburgo, caminhões levam entulho retirado da cidade após a tragédia: Senado busca fórmulas para melhorar socorro

## Apesar da tragédia, é essencial não descuidar da fiscalização

Todo cidadão pode dar sua contribuição para fiscalizar como e onde estão sendo aplicados os recursos repassados às prefeituras e aos governos estaduais de áreas devastadas pelos desastres climáticos. Os mecanismos de fiscalização e controle existentes no governo podem alcançar maior eficácia com a ajuda dos cidadãos. A Lei 12.340/10, que reformulou o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), transformou em transferências obrigatórias da União os recursos que vão para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução.

Isso significa, segundo o consultor-geral do Orçamento, Orlando Neto, que eles não precisam ser registrados no sis-

tema de controle de convênios (Siconv), organizado para monitorar as transferências voluntárias da União. Apenas os recursos para prevenção de desastres, classificados como voluntários, passam compulsoriamente pelo Siconv, que deve futuramente, acrescenta Neto, constar da base de dados do Siga Brasil. Ou seja, poderá ser consultado pelo cidadão dentro de um sistema mais amigável.

Apesar de não ser obrigatório, há órgãos federais que preferem utilizar o Siconv para controlar e monitorar a aplicação compulsória de recursos da União, conforme informou ao **Jornal do Senado** o diretor do Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Carlos Henrique de

Azevedo Moreira, considerado um dos idealizadores do Siconv. O Ministério das Cidades, por exemplo, encarregado dos recursos para os aluguéis sociais, que devem atender os desabrigados pelas enchentes no Rio, já comunicou que deve usar o Siconv para controlar a aplicação do dinheiro.

Esse sistema, por enquanto, não deve ser usado pelo Ministério da Integração Nacional, que preferiu pedir ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalizar a aplicação das verbas para as enchentes no Rio. No entanto, o ministério não informou se buscará exercer algum controle sobre os recursos por intermédio do Banco do Brasil, agente financeiro dessas operações.

## Siga Brasil oferece “consulta pronta” para facilitar acesso

A equipe do Siga Brasil – ferramenta disponível no site do Senado ([www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)) para permitir o acompanhamento do Orçamento da União por qualquer interessado – elaborou a “consulta pronta na área de defesa civil”. Lançada na semana passada, esse atalho pode mostrar ao interessado qual o ministério ou o órgão que realizou o gasto, em qual município ou estado a despesa foi feita, com que foi gasto o recurso, quando o pagamento a fornecedores de bens e serviços for feito diretamente pela União.

Para identificar se os recursos destinados a socorrer vítimas das enchentes foram liberados para as prefeituras das áreas atingidas, no alto da página do Senado, basta clicar na palavra or-

çamento ou ir direto ao atalho <http://migre.me/3O2XN>. “Recomenda-se usar o Internet Explorer e o Java 2 versão 1.4.2”, diz um dos técnicos da equipe do Siga Brasil, Mario Jorge de Almeida. O infográfico ao lado exemplifica o caminho que o interessado pode percorrer. Se o atalho não for usado, selecione estados e municípios à esquerda da página. Em seguida, escolha 2011 (por enquanto, os dados disponíveis nessa consulta pronta incluem apenas 2010 e o atual exercício). Na tela seguinte, selecione a localidade com o auxílio do ícone binóculo e clique em “executar consulta.”

**Veja como acessar o Siga Brasil**

Para começar o acesso, o internauta deve procurar o endereço <http://migre.me/302XN>

Escolha o município desejado na lista

Selecione o município e clique no ícone >>

Clique em Executar Consulta

Você verá os dados dos recursos, inclusive os detalhes bancários

**Saiba mais**

- Atalho para consulta do Siga Brasil <http://migre.me/302XN>
- Conheça os projetos em tramitação no Senado <http://migre.me/3PISz>
- Integra das decisões do TCU <http://migre.me/3PJkE>
- Integra da Lei 12.340/10 <http://migre.me/3PJl6>
- Medidas provisórias 522/11 e 523/11 <http://migre.me/3PJsV>
- Integra do PLS 4/10 <http://migre.me/3PJsP>
- Integra do PLS 65/10 <http://migre.me/3PJw2>
- Portal dos Convênios (Siconv) [www.convencios.gov.br](http://www.convencios.gov.br)

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)

## Crédito extraordinário é instrumento para atender calamidades

O projeto de Orçamento de 2011 não inclui previsão para obras emergenciais e outros gastos da Defesa Civil para socorrer as vítimas de calamidades, conforme os dados disponibilizados pelo Siga Brasil, sistema elaborado pelo Prodasen e pela Consultoria de Orçamento do Senado que permite ao cidadão exercer o chamado controle social sobre a montagem e a execução das despesas da União.

Há apenas recursos orçados para prevenção desses desastres – R\$ 137,45 milhões. Do total, foi gasto R\$ 1,04 milhão até o

final de janeiro. Esse quadro, que à primeira vista pode indicar descaso das autoridades, é uma prática orçamentária.

– Quem guarda dinheiro para acidentes inesperados, como o alagamento da sua casa? A União procede da mesma forma. Geralmente prefere não orçar esse dinheiro, em função da escassez de recursos para fazer frente a despesas obrigatórias com saúde, educação, investimento, pessoal, previdência, além do custeio da máquina federal – compara Helena Asaf, consultora de Orçamento

da Casa. Mas a Constituição autoriza a abertura de crédito extraordinário no Orçamento quando ocorre calamidade pública. Foi assim que o governo procedeu para socorrer as vítimas das enchentes na Região Serrana do Rio de Janeiro. No dia 12 de janeiro, a presidente Dilma Rousseff editou a primeira medida provisória de sua gestão (MP 522/11), que abriu crédito extraordinário de R\$ 780 milhões.

Desse dinheiro, R\$ 600 milhões foram para ações da Defesa Civil em socorro às áreas atingidas.

**Ajuda ao Rio**

Distribuição dos recursos de crédito extraordinário

FAVORECIDO	VALOR
Petrópolis	7 milhões
Areal	1,5 milhão
Bom Jardim	1,5 milhão
Nova Friburgo	10 milhões
São José do Vale do Rio Preto	1,5 milhão
Sumidouro	1,5 milhão
Secretaria de Estado de Obras	70 milhões
Teresópolis	7 milhões
<b>TOTAL</b>	<b>100 milhões</b>

Senador propõe criação de um sistema nacional de prevenção ao consumo de entorpecentes, que, sob o comando da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, teria escritório nas capitais dos estados e em importantes cidades-polo

## Wellington Dias defende ampliação de centros de atendimento a dependentes

O BRASIL PRECISA investir na ampliação de centros de tratamentos de dependentes químicos, afirmou ontem o senador Wellington Dias (PT-PI), autor de requerimento solicitando a criação de uma frente parlamentar no Congresso e de um grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o assunto em profundidade. Ele disse que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve recentemente no Piauí e conheceu as iniciativas do estado no tratamento psicossocial de dependentes de álcool e outras drogas.

Wellington Dias, que foi governador do Piauí por dois mandatos (de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010), disse que o Brasil poderia criar um sistema nacional de prevenção ao consumo de entorpecentes, que seria comandado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

O novo sistema teria escritórios em todas as capitais e em importantes cidades-polo para que as ações preventivas fossem realizadas de maneira integrada em todo o país. Esse tipo de coordenação já vem sendo praticado no Piauí, e o



ministro da Saúde o conheceu na visita que fez ao estado, disse Wellington Dias.

– O que nós queremos é integrar à estrutura de saúde todo o conhecimento que a Humanidade domina sobre esse tema. O ministro da Saúde está autorizando a primeira pesquisa nacional para saber qual é o verdadeiro mapa da dependência química no nosso país. É a primeira vez que se faz isso no Brasil – declarou o senador.

### Dependência

Wellington Dias disse que cada capital brasileira poderia ter um centro integrado para coordenar ações de prevenção às drogas e tratamento de dependentes nas áreas de saúde, educação, social e de capacitação para o trabalho, além de apoio às famílias dos viciados. Segundo ele, no país, 10 milhões de pessoas apresentam algum nível de dependência de álcool, crack, maconha, cocaína, medicamentos, entre outros.

Para aprofundar o debate do assunto, Wellington Dias propõe a criação de uma frente parlamentar no Congresso e de um grupo de trabalho na CAS

– A área pública tem de agir, tem de ter o seu sistema próprio, tem de ter parcerias com o setor privado, com as entidades filantrópicas, e as comunidades terapêuticas devem, também, ter essa participação – disse.

Em apertes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiaram o pronunciamento do colega. Mozarildo chamou a atenção para a necessidade de ações de desestímulo ao consumo de álcool, como vem sendo feito na última década com o tabaco. A seu ver, em vez do alerta “beba com moderação”, os rótulos de bebidas alcoólicas poderiam apresentar informações sobre os males causados pelo consumo de álcool. Gleisi Hoffmann disse que o estado do Paraná conta com diversas comunidades terapêuticas que atuam em conjunto com o poder público na prevenção e no tratamento de dependentes.



Vital do Rêgo cobra cumprimento de lei estadual sobre salários de policiais

### Vital lamenta violência crescente na Paraíba

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou ontem o aumento da violência na Paraíba e o fato de uma lei estadual aprovada no final do ano passado, que aumentava a remuneração de policiais militares, civis e demais agentes de segurança pública, não estar sendo cumprida.

Com base em dados da Associação Brasileira de Consultores Profissionais, dez bancos foram assaltados com uso de bombas em janeiro deste ano na Paraíba, num aumento de 280% em relação ao mesmo mês do ano passado. Houve também 19 roubos do tipo “saidinha de banco”, um aumento de 78% em relação a janeiro de 2010. Foram 66 assassinatos, 48% a mais em relação ao mesmo período no ano passado. Já roubos e furtos foram 380, um aumento de 192%. Houve 14 sequestros-relâmpago (88% a mais) e 65 assaltos às agências dos Correios e a outros estabelecimentos, 120% a mais que no ano anterior.

Para o senador, é urgente a implantação de um plano nacional de segurança pública, unindo as ações do governo federal e dos governos estaduais.

– Números como esses nos envergonham, nos preocupam e nos deixam profundamente indispostos – declarou.

Vital do Rêgo pediu que o governo da Paraíba negocie com os policiais a aplicação da lei que aumenta anualmente seus salários, interrompida por decisão tomada pelo atual governador, Ricardo Coutinho (PSB), e que está sendo discutida na Justiça. De acordo com o parlamentar, há “uma certa insatisfação dessas categorias com a falta de compromisso do governador do estado com relação à segurança pública”.

## Cristovam critica TV dos EUA que chamou Dilma de terrorista

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou sua indignação porque um comentarista de TV norte-americano chamou a presidente Dilma Rousseff de terrorista. Ele também explicou o que pretendeu ao apresentar a chamada PEC da Felicidade, atribuída erroneamente pelo jornalista americano a Dilma Rousseff.

Cristovam lembrou que “nenhum jornalista brasileiro chamou o [ex] presidente Bush de terrorista quando jogava bombas no Iraque para tirar um ditador sanguinário que ali estava de presidente já havia muito tempo”.

O senador disse que a acusação a Dilma foi feita porque ela, “aos 20 anos de idade, teve a coragem, a ousadia, a responsabilidade cívica de lutar



Cristovam diz que comentarista deturpa intenções de sua PEC

contra a ditadura, inclusive por um caminho que muitos de nós não aceitamos à época”.

– Mas isso não nos dá o direito de acusá-la de ter cometido terrorismo – afirmou Cristovam,

lembrando que se passaram 40 anos desde que Dilma se insurgiu contra a ditadura.

Cristovam acrescentou que a emissora de TV (Fox News) disse “uma mentira muito grande” ao imputar à presidente Dilma a intenção de incluir na Constituição a ideia de que a felicidade deve ser concedida a todos os brasileiros. Ele explicou que, além de a proposta ser dele e não de Dilma, “não pretende garantir felicidade para ninguém”.

– Só um estúpido iria colocar uma emenda dizendo que a felicidade é garantida. E só gente muito ingênua é capaz de acreditar que algum estúpido faria uma coisa dessas – afirmou.

De acordo com Cristovam, a proposta foi inspirada na Declaração de Independência dos

Estados Unidos, na qual a ideia de garantir o direito de buscar a felicidade, conforme afirmou, aparece duas vezes.

A PEC da Felicidade, explicou Cristovam, inclui três palavras na Constituição. Acrescenta ao artigo 6º, que define os direitos sociais, como educação, saúde, segurança e habitação, “essenciais à busca da felicidade”, antes de arrolar os direitos que prevê.

– Ninguém vai garantir a busca da felicidade a ninguém. O que a gente vai fazer é mostrar a cada mãe deste país que a educação do filho tem a ver com a busca da felicidade. É colocar que o direito à habitação tem a ver com a felicidade, que a segurança por onde você anda tem a ver com a felicidade – afirmou o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvano Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

## Comissão de reforma do CDC retoma trabalhos em fevereiro

A reforma do Código de Defesa do Consumidor (CDC) também figura entre as prioridades do Congresso Nacional para 2011. Os trabalhos da comissão de juristas encarregada da atualização da Lei 8.078/90 deverão ser retomados ainda este mês. A informação é do secretário da comissão, Glauco Pinto, que tem conversa marcada com o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin – que preside a comissão.

De acordo com Glauco, já estão previstas reuniões da comissão – ainda sem data – com representantes de entidades ligadas à defesa do consumidor em São Paulo e no Distrito Federal. A fase de audiências públicas pelo Brasil poderá ser iniciada em março.

Três temas vão nortear essa revisão do CDC: superendividamento e crédito ao consumidor; comércio eletrônico; e ritos processuais envolvidos na defesa do consumidor. Indica a relatora-geral dos trabalhos, a professora Cláudia Lima Marques cuidará das questões ligadas ao endividamento e crédito. As vendas pela internet

serão analisadas por Leonardo Bessa, promotor do Distrito Federal especialista em serviços financeiros, e Roberto Pfeiffer, diretor do Procon de São Paulo. O viés processual presente nas relações de consumo será estudado pela também jurista Ada Pellegrini Grinover.

Criada em dezembro de 2010, a comissão especial de reforma do CDC deverá funcionar até junho próximo. A iniciativa de revisão de mais esse código – o Senado formou comissões de juristas para atualizar os códigos de Processo Civil (CPC), de Processo Penal (CPP) e Eleitoral – partiu do presidente da Casa, senador José Sarney.

Quando a comissão foi instalada, Sarney e Herman Benjamin reconheceram a importância de normatizar as mudanças nas relações de consumo ocorridas ao longo dos 20 anos de vigência do CDC, como o comércio virtual, a ampliação do crédito ao consumidor e a consequente elevação do endividamento. O ministro também defendeu o fortalecimento dos Procons, dispensando a intervenção do Judiciário.



Sarney (E) com grupo de juristas que analisa o Código de Defesa do Consumidor

## Frente da Micro e Pequena Empresa deve ser reativada

A Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa deverá ser reativada. Deputados e senadores estão sendo convocados para reunião amanhã, às 17h, com essa finalidade. O encontro será na sala da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara. Com 404 integrantes, a frente foi a maior entre as que operaram na legislatura passada.

Integrante da frente nos últimos quatro anos, período em que exerceu mandato na Câmara, o senador José Pimentel (PT-CE) pretende continuar em seus quadros. Na retomada, afirma ele, será importante aprovar mais um aperfeiçoamento na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, para aliviar ainda mais a carga de tributos.

– Para isso, a frente precisa ser reestruturada para se adequar à atual legislatura da Câmara e do Senado – observou.

A proposta em exame é um projeto (PLP 591/10) registrado como de iniciativa do então

deputado Cláudio Vignatti (PT-SC), até o ano passado presidente da frente.

### Simplex Rural

O texto prevê aumento do teto da receita bruta para enquadramento na legislação da pequena e microempresa, inclusão de novas categorias profissionais no Simples Nacional e criação do Simplex Rural.

O projeto pretende ainda acabar com a cobrança da antecipação do ICMS na fronteira, para as empresas do Simples Nacional, do diferencial de alíquota interestadual e da substituição tributária – com exceções, como empresas produtoras de combustível, bebidas alcoólicas e cigarros.

Por acordo de líderes, a proposta recebeu urgência e entrou na pauta de votações da Câmara, no fim de ano, mas ficou parada por causa de medidas provisórias e matérias com prioridade. Agora, o projeto precisa ser desarquivado naquela Casa e, se aprovado, vai tramitar no Senado.

Uma das metas é encontrar mecanismos que dificultem a ação de quadrilhas criminosas a partir dos próprios presídios, como ocorreu no Rio de Janeiro em outubro passado

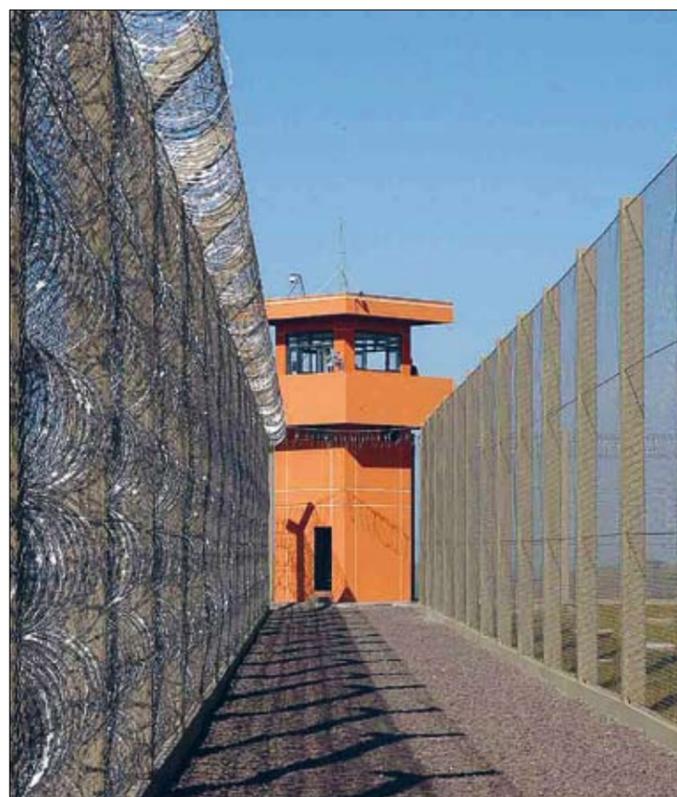
## Senado pode atualizar a Lei de Execução Penal

A LEI DE Execução Penal (Lei 7.210), texto de 1984, poderá ser atualizada este ano pelo Senado, segundo desejo expresso pelo presidente da Casa, José Sarney. Foi com base nela que, no ano passado, se realizou a transferência de chefes do narcotráfico presos no Rio de Janeiro para a Penitenciária Federal de Catanduvas (PR).

Eles foram afastados do Rio para evitar que continuassem a ter influência sobre as ações dos traficantes responsáveis por uma onda de terror iniciada em outubro. Encurralados pelas unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), de um lado, e pelas milícias, de outro, os traficantes incendiaram um número nunca visto de carros e ônibus.

A transferência de 12 chefes do narcotráfico – entre eles Marcinho VP e Elias Maluco – foi um dos aspectos mais importantes da megaoperação policial e militar que libertou as favelas do Complexo do Alemão, no Rio, entre 25 e 28 de novembro.

A ideia da atualização é tornar o novo código mais efetivo para punir criminosos e dificultar ações das quadrilhas comandadas pelos próprios presos, por meio de ligações telefônicas e contatos com familiares, namoradas e advogados. A população reclama da dificuldade em mandar alguém para a cadeia e da facilidade com que os bandidos



Penitenciária de Catanduvas: novo código deve ser mais efetivo para punir

fogem ou são liberados.

Elias Maluco, por exemplo, foi condenado pela morte do jornalista da TV Globo Tim Lopes. Um de seus cúmplices, Elizeu Felício de Souza, o Zeu, foi preso na tomada do Alemão. Condenado a 23 anos e meio pelo crime, Zeu havia ficado apenas cinco anos e 25 dias preso. Em 2007, recebeu o benefício do cumprimento da

pena em regime semiaberto e não retornou mais.

A transferência dos criminosos para Catanduvas mostra como é delicada e complexa a tarefa de prender criminosos; mantê-los presos em condições seguras, para eles e para a sociedade; e prepará-los para a vida social, depois de cumprirem suas penas.

## Sarney sugere pontos que precisam mudar

Segundo o presidente José Sarney, a reforma da Lei de Execuções Penais, assim como a dos Códigos de Processo Penal, de Processo Civil, de Defesa do Consumidor e também Eleitoral, faz parte de um verdadeiro mutirão iniciado pelo Senado para modernizar e tornar mais efetiva a ação da Justiça.

O anúncio da proposta de instalação de comissão para apresentar uma proposta à nova Lei de Execuções Penais foi feito por Sarney no início de dezembro, ainda sob o impacto dos acontecimentos

no Rio. Uma das mudanças sugeridas pelo senador é a permissão para visitas íntimas nos presídios de segurança máxima. Para ele, as visitas não podem servir para troca de informações ou envio de instruções às quadrilhas.

Como parte dos episódios da chamada Guerra do Rio, a polícia prendeu familiares de traficantes. A mulher de Alexander Mendes da Silva, o Polegar, apontado como chefe do tráfico de drogas no Morro da Mangueira, foi uma delas. Tinha em seu poder “farto material de associação

ao tráfico”.

Ainda durante a “Guerra no Rio” outro tema esquentou os debates: a ação de maus advogados que, em vez de defenderem seus clientes seguindo o código de ética da profissão, têm-se tornado cúmplices e até colaboradores dos criminosos. As evidências dessa má postura profissional levaram o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, a censurar os advogados que cooperam com o crime. Três deles, com prisão decretada, foram suspensos pela OAB.

## Proposta que criminaliza homofobia voltará a tramitar

O pedido de desarquivamento do projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que torna crime a discriminação de homossexuais, idosos e deficientes deve ser lido hoje em Plenário. A matéria que criminaliza a homofobia será desarquivada a pedido da senadora Marta Suplicy (PT-SP). Após a leitura, a proposta retoma a tramitação.

Caso aprovado no Senado – onde terá que ser votado ainda nas comissões de Direitos Hu-

manos (CDH), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário –, o projeto terá que ser analisado novamente pelos deputados, uma vez que em novembro de 2009, quando passou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foram aprovadas mudanças no projeto original. Apresentada pela então deputada Iara Bernardi, a proposta altera a Lei 7.716/89, que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito



Marta pediu desarquivamento e projeto deve ser lido hoje em Plenário

de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Senador tucano atribui problemas no abastecimento à falta de investimentos e à adoção de um modelo errado de eficiência pela então ministra Dilma Rousseff

## Aloysio diz que apagões se transformaram em rotina

O SENADOR ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que os “os apagões de energia elétrica no Brasil se transformaram em rotina” e apontou, como causa, a falta de investimentos do governo no sistema elétrico. Ele lembrou que, em outubro de 2009, a então ministra Dilma Rousseff disse à imprensa, “em tom assertivo”, que não haveria mais apagões no Brasil porque o governo teria voltado “a fazer planejamento”.

– Menos de duas semanas depois, o país mergulhou numa escuridão nunca antes vista na história de nosso país. E, na última sexta-feira, aconteceu de novo e todo o Nordeste ficou às escuras. Infelizmente, não foi um evento isolado. Houve interrupções no Rio de Janeiro. As indústrias de Manaus padecem constantemente de falta de energia – disse.

Aloysio Nunes leu notícia do jornal *Folha de S. Paulo* de ontem, registrando que os “apagões” aumentaram 90% em dois anos. Para o senador, o setor elétrico nacional não tem tido os necessários inves-



Aloysio cita jornal para lembrar que apagões aumentaram 90% em dois anos

timentos, especialmente em distribuição e transmissão. A seu ver, essa falta de investimentos se deve ao modelo implantado sob a égide da então ministra Dilma Rousseff, onde se deu prioridade absoluta ao “critério da modicidade tarifária”, que considera sempre a menor tarifa.

– Não estou pregando tarifas elevadas, pois energia elétrica é um bem de primeira necessidade e tem de ser acessível

aos consumidores. Mas ele não pode ser visto como um critério isolado da qualidade. Na busca da modicidade, o que ocorreu foi o abandono, com as exigências de qualidade ficando em segundo plano – ponderou.

Em aparte, Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a falta de energia no Nordeste não foi um apagão, mas sim um blecaute, provocado por um problema técnico, sustentando que o sistema “não é infalível”.

## Mudar política econômica é a prioridade, afirma Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que a reforma da política econômica é a mudança mais importante que o Brasil precisa empreender. Para ele, essa reforma econômica deve incluir incremento do mercado interno, elevação de salários, redução de impostos, controle da depreciação do dólar e a “defesa do interesse nacional de forma extraordinariamente clara, com a utilização de todos os meios tributários possíveis”.

– A reforma da nossa economia é a mãe das reformas e passa pelo fim da autonomia do Banco Central – declarou o senador.

Requião reclamou da alta taxa de juros real praticada pelo Brasil, de 5,5%, a maior entre

os países com relevância no cenário internacional. De acordo com o parlamentar, a Austrália tem a mais alta taxa depois do Brasil: 1,9%. E diversos países trabalham com taxas negativas, como Japão, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha.

Para Requião, as economias brasileira e mundial precisam voltar a dar mais valor ao capital produtivo, ao invés de supervalorizar o chamado capital financeiro. O senador também afirmou que a valorização do capital produtivo é e continua sendo feita no Paraná, estado que Requião governou por três vezes (1991 a 1994, 2003 a 2006 e 2007 a 2010).

Como exemplo, citou o salário



Requião lembra que Paraná tem valorizado o capital produtivo

mínimo do estado (R\$ 765 atualmente), a redução do ICMS de mais de cem itens e a redução dos impostos para pequenas empresas para apenas 2%.

## Gleisi quer fim de 14º e 15º salários de parlamentar

Extinguir os denominados 14º e 15º salários dos congressistas, promovendo uma economia média anual de R\$ 24 milhões nas duas Casas, é um dos três projetos que a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou neste início de legislatura. Ontem ela explicou em Plenário cada uma das propostas.

O Projeto de Decreto Legislativo 71/11 disciplina o pagamento da ajuda de custo aos membros do Congresso. Gleisi lembrou que, por tradição, deputados federais e senadores recebem uma ajuda de custo no início e no fim de cada sessão legislativa, destinada a compensar as despesas com mudanças e transporte. Essa verba, que ficou conhecida como 14º e 15º salários, é a que



Gleisi Hoffmann explica em Plenário três propostas que apresentou

a senadora pretende extinguir, por entender que ela não mais se justifica.

Já o Projeto de Resolução 1/11

proíbe a posse de senadores nos períodos de recesso.

– Na hipótese de um senador em fim de mandato ser convidado para assumir, no início de um novo governo, um cargo que imponha seu afastamento do Senado, no modelo atual, um dos seus suplentes assume o cargo por menos de um mês e, entre outros benefícios, passa a dispor de plano de saúde vitalício, sem qualquer ônus, para ele e sua companheira – explicou.

O PLS 3/11, por sua vez, regulamenta o teto de remuneração dos agentes públicos. Gleisi observou que, por não integrarem o teto, as parcelas indenizatórias devem ser bem definidas para que não constituam pretexto para aumento salarial.

## Alvaro Dias pede informações sobre gastos com publicidade

A imprensa divulgou, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), um crescimento exorbitante de gastos do Poder Executivo com publicidade, especialmente no ano eleitoral. O senador disse que protocolou vários requerimentos pedindo informações ao governo federal, não só sobre esses gastos como sobre a emissão de passaportes diplomáticos concedidos a pessoas não contempladas com esse direito pela legislação.

– Trata-se de investigar o volume de recursos transferidos a veículos de divulgação no país e de identificar a razão da prioridade concedida a veículos de pequeno porte, como jornais e rádios locais que pertencem a políticos integrantes da base de apoio ao governo federal – salientou Alvaro.

Quanto aos passaportes diplomáticos que teriam sido ilegalmente fornecidos – alguns a parentes do ex-presidente Lula –, o senador disse que, ao atender a seu requerimento, o governo “responderia inclusive ao Ministério Público Federal (MPF), que recomendou a anulação desses passaportes”.

### Cartões

– Estou encaminhando hoje mais 37 requerimentos, a todos os ministérios, que dizem respeito a gastos exorbitantes com cartões corporativos. Não é uma questão nova, há muito estamos tentando abrir uma caixa-



Alvaro requer ainda explicações sobre cartões corporativos e passaportes

preta que existe na Presidência da República. Esses gastos são clandestinos, são sigilosos, a pretexto de que se trata de preservar a segurança nacional. Não imagino os cartões sendo utilizados para a aquisição de armamentos na expectativa de uma eventual guerra que possa ocorrer no Brasil – afirmou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ressaltou, em aparte, que quando houve a CPI dos Cartões Corporativos, o governo argumentou que não poderia divulgar os dados relativos aos gastos do gabinete presidencial porque se tratava de um presidente em exercício – na época, Lula. “Hoje esse argumento não vale mais, não há mais razão para que esses dados permaneçam na obscuridade”, disse.

## Para Mário Couto, povo paga muito imposto e não vê efeito

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que a população paga muito imposto e não sabe quanto o governo tira do seu bolso nem o que é feito com o dinheiro arrecadado. Ele lembrou que, mesmo após o Senado ter acabado com a CPMF, a arrecadação federal aumentou no ano passado e chegou a mais de R\$ 1,268 trilhão.

– Sabe quanto você paga por ano de carga tributária? Em média, R\$ 6.800! Como é que estão as estradas brasileiras? Respondam-me. Será que alguém tem a ousadia de dizer a este senador que estão boas? Que este dinheiro serviu para investimento nas estradas brasileiras? – questionou.

Mário Couto prosseguiu apontando a falta de investimento em outras áreas, como a saúde, a segurança pública e o planejamento urbano. Ele disse que a violência, a falta de

saúde e as estradas destruídas estão matando os brasileiros, que pagam mais de R\$ 1 trilhão por ano, e ninguém toma providências.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse, em aparte, que o país agora tem um “salário mínimo digno, que tem aumento real”. Segundo ela, hoje o povo tem renda, está incluído e tem acesso a bens de consumo básicos, além da “firme disposição” da presidente Dilma Rousseff de erradicar a miséria.

Mário Couto disse não ter dúvida sobre alguns avanços, mas lembrou que as estradas matam milhares de brasileiros por ano, embora o governo federal anuncie gastos de R\$ 7 bilhões. Para ele, o povo está sendo enganado todos os dias, pois não sabe que os gastos públicos têm aumentado 22% ao ano.



Mário Couto critica falta de investimentos em saúde, segurança e transportes